



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Estudo etnográfico das relações sociais entre famílias Ye'pá-mâsha e as agências na cidade de Manaus

Bolsista: Dayana Kellen Onofre - CNPQ

Manaus 2010

Estudo etnográfico das relações sociais entre famílias Ye'pá-mâsha e as agências na cidade de Manaus

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H 003402009-2010

Estudo etnográfico das relações sociais entre famílias Ye'pá-mâhsa e as agências na cidade
de Manaus

Bolsista - Dayana kellen Onofre e Silva – 20770752

Orientador - José Exequiel Basini Rodriguez

Manaus 2010

RESUMO

O presente relatório versa a divulgação dos resultados finais de pesquisa previstos no projeto de iniciação científica intitulada “Estudo etnográfico das relações sociais entre famílias Ye’pá-mâhsa e as agências na cidade de Manaus” (PIB-H 003402009-2010). Cujo objetivo é compreender as relações entre os índios tukano e agências indígenas e indigenista, assim como órgãos não governamentais no contexto da cidade de Manaus, procurando analisar a tipologia dessa espécie de troca que as instituições estabelecem com os tukano a luz do conceito das alteridades, com base em uma metodologia própria da antropologia, que é a etnografia “in loco”.

Por fim, esta pesquisa se insere num projeto mais amplo, intitulado: “*Cartografia de alteridades cosmológicas indígenas e de estéticas de territorialização no continuum Manaus – alto rio negro. O caso dos índios tukano*”, coordenado pelo Dr. José E. B. Rodriguez, professor coordenador do presente projeto de PIBIQ.

Palavras-chaves: Contexto urbano, Tukano, Agências, alteridade, Manaus.

LISTA DE SIGLAS

AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

APN – Associação Poterikanã Numiã

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA – Instituto Socioambiental

MEIAM – Movimento do Estudante Indígena do Amazonas

RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

SEIND – Secretaria de Estado para Povos Indígenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Fundamentação teórica	10
1.1. Concepção de agência e agenciamento	10
1.2. O regime das alteridades. Tipologias	12
2. Discussões dos objetivos alcançados	19
2.1. Caracterização dos Ye'pá-mãsha no contexto de Manaus	19
2.2. A natureza e atuação das agências que se vinculam aos Ye'pá-mãsha	25
2.2.1. Agências Indigenista	27
2.2.2. Agências Indígenas	30
2.2.3. Agências do Estado não indigenistas	33
3. As agências e as transformações do regime das alteridades	36
CONCLUSÃO	46
CRONOGRAMA	47
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Manaus tem aproximadamente sete mil indivíduos, espalhados pelas quatro zonas da cidade, de acordo com censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000. Visto que uma década se passou, fomos em busca de novas estimativas, e de acordo com os levantamentos de dados, constata-se que não existe tais dados definidos ainda, os números mais otimistas trabalham com 25 mil indígenas FEPI(2007). Estando dispersos quatro zonas da cidade, Entretanto os tukanos em Manaus, estão organizados para fortalecer sua identidade étnica e lutar por seus direitos. A Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) surgiu em 1987, a partir da união de jovens que vinham para Manaus trabalhar como empregada doméstica. Representando 23 etnias, onde encontramos um bom numero de tukanos. Hoje a AMARN constitui um suporte fundamental para a valorização cultural num contexto generalizado de sócio-gênese, ou de re-surgimento de determinados processos étnicos que haviam ficado interrompidos, porém, latentes na memória étnica deste e outros povos indígenas (BASINI, 2006). E é neste contexto que a presente pesquisa, percebendo a abertura a um leque de relações sociais e de situações históricas entre índios e não índios objetivado através de um mapeamento dos atores sociais, englobados em duas unidades: político /administrativas. Tem como finalidade os seguintes objetivos:

Principal:

1) Identificar e relacionar as instituições parceiras dos Ye'pa-masã em relação à atuação recente de instituições junto aos povos indígenas na cidade de Manaus.

Específicos:

2) Analisar a tipologia das alteridades existentes na interação com as respectivas agências.

3) Evidenciar as demandas de infra-estrutura e financiamento do índio Ye'pá-Mâsha para com as organizações indígenas no espaço urbano de Manaus.

4) E estabelecer o grau de vizinhança (parcerias e vínculos) existente entre os diversos núcleos familiares Tukano e as organizações e instituições vinculantes.

Buscamos apreender no conceito da alteridade e suas tipologias, como um suporte teóricos, que é por excelência é a base da antropologia, já que o tema fundamental da alteridade como categoria trata-se de observações provinda da "diferença", partindo da premissa de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos. (LAPLATINE, 2000). Um indivíduo só pode se reconhecer a partir da diferença no contato com o outro. E como se dá esse contato com o outro no âmbito da cidade, que analisaremos.

Como metodologia para alcançar os objetivos propostos, procuramos no primeiro momento familiarizarmos, estudando documentos históricos, trabalhos de cunho etnográfico que abordem a questão indígena em Manaus, listando e indagando a natureza e finalidade das instituições vinculadas aos Tukano na atualidade.

No segundo momento utilizamos um método privilegiado, que é o etnográfico onde consistente na realização da observação participante e participativa, entrevistas abertas, relatos e histórias de vida, história oral, entre outras. Utilizamos o diário de campo, registros visuais (câmara digital, filmadora) e fonológicos (gravador digital). Logo realizaremos a transcrição e digitalização dos dados registrados para poder interpretá-los.

O recorte da pesquisa, o foco se fecha entorno dos indígenas da etnia Tukano, que se autodenominam Ye'pá-mâsha que significa “gente da terra”. É o grupo mais numeroso

da família lingüística Tukano *oriental*, sendo aproximadamente 4.404 indígenas (ISA,2001). A escolha dos indígenas para serem entrevistados precedeu da seguinte forma; Conhecemos vários líderes indígenas representando suas associações na cidade de Manaus e arredores num evento sobre capacitação de agentes indígenas da cidadania. Entre essas lideranças destacamos três lideranças pertinentes para a pesquisa, a Driana Barreto, representante da APN, Dimas representando o MEIAM, e Irenice da AMARN. Esses foram inicialmente nosso primeiro contato com os Tukano, por meio deles chegamos a outros, estudantes universitários, os que trabalham em instituições e seus familiares residentes em Manaus. Realizamos campo, indo às sede das organizações indígenas, como AMARN, COIAB, e indigenistas, FUNAI, SEIND e outras como ISA, CIMI. Dirigimos a conversa de forma aberta, usando apenas o gravador e ocasionalmente, quando pertinente, fotografando.

Finalizamos com a elaboração deste relatório onde apresentamos a sistematização e análise dos tipologias de alteridade obtidos ao longo do processo de pesquisa. Devido as varias e distintas agencias que mantém um vinculo com os Ye'pá-mãsha em Manaus, dificultou a analise especifica de cada tipo de parceria, estabelecidas entre os diversos atores, foram no total treze as principais agencias que sustenta algum tipo de parceria, ou troca com os Tukano. Neste relatório discorrerei sobre dez agencias, e foquei a analise em três, uma de cada categoria de agencia, indígena, indigenista e Estadual. Os resultados finais foram dividido da seguinte maneira: apontaremos as principais agencias que mantém vinculo com os Ye'pá-mãsha em Manaus, caracterizando cada agencia conforme a tipologia do vinculo, sendo ele de natureza governamental, Estadual ou indígena. No segundo momento analisaremos as transformações das alteridades de acordo com os vínculos das agencias, se é de parceria, associação, conferindo a complexa ascensão das lideranças indígenas que perpassa as diferentes agências proporcionando uma reflexão de

que a (BASINI, 2006), concluindo que nessas múltiplas versões, a re-apropriação de elementos indígenas pelos não indígenas não é somente uma prerrogativa do romantismo indigenista; também os povos tukano se apropriam de elementos não-índios seja para montar suas estratégias, permitindo fugir dos estereótipos hegemônicos (territoriais, raciais, de hábitos, etc) seja para reafirmar sua etnicidade até mesmo na cidade.

1. Fundamentação teórica

1.1 Concepção de agências e agenciamento.

De acordo com Sztompka (1998) em uma teoria das agências, esta surge como produto da linha evolutiva do pensamento humano, a agência foi gradativamente secularizada, humanizada e socializada. Isso se deve ao fato de que a princípio a idéia de agência repousava na esfera do sobrenatural, deuses e forças metafísicas sustentavam a agência, que operava controlando e conformando a vida individual e coletiva do homem.(WEBER, 1913) Na etapa seguinte as transformações sociais são atribuída a processos naturais, mais ainda distantes da humanidade e sociedade. Posteriormente surge a humanização, na qual a agência era um recurso de apenas alguns eleitos dotados de carisma.(WEBER, 1913) Finalmente com o aparecimento e consolidação da sociologia como ciência, há uma reviravolta na percepção da agência; neste caso ela é socializada e despersonalizada. Nessa realidade a sociedade ganha o aspecto de um corpo social, tendo uma totalidade que auto-regula e auto-transforma, requerendo cuidados para que esse corpo não pereça.

Em um sentido mais amplo entendemos hoje por agenciamento, a quantidade de gestos, atitudes, procedimentos, regras, disposições que prevêm a coerência espacial e temporal e durabilidade para as instituições. “Percebemos que este existe quando podemos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e um sistema de signos correspondentes. A agência produz o agenciamento, ao promover a captura do outro.” (BASINI 2010)

Nesse sentido podemos dizer que a agência é duplamente condicionada, desde cima, pelo equilíbrio entre restrições e limitações por um lado, recursos e facilitadores propiciados pelas estruturas por outro, e desde de baixo, pelas aptidões, talentos, habilidades conhecimento e atitudes dos membros da sociedade, bem como organizações sejam elas coletividade, grupos ou movimentos sociais (COVEZZI, 1998). Nessa sentido a agência é um poder recorrente ao organismo social, “élan vital específico mas não analisado, admitida a priori como algo que se manifesta necessariamente na vida e na mudança social, de maneira direcional e irreversível.” (SZTOMPKA, 1998). Entre essa individualidade e coletividade, faz com que a agência seja materializada nos agentes coletivos ou associativos (nem sempre, pois a agência pode se materializar nos indivíduos). Neste cenário, temos mudanças realizadas de cima para baixo, como no caso das ações governamentais, das grandes organizações, etc.

Na outra ponta temos ações iniciadas de baixo para cima, como as associações de bairro, os grupos de pressão, as organizações não-governamentais, os lobbies, os movimentos sociais, dentre outros. “A complexa interação entre eles forma o cenário político das sociedades contemporâneas, seus resultados esperados cruzando-se com as atividades dispersas dos atores individuais levadas a cabo no cenário da vida cotidiana.

Indivíduos e coletividade formam juntos, portanto, o curso sinuoso da história humana.”

(Sztompka, 1998[1993],p.330) Como Deleuze expressa apud Menezes (2006: 104)

“[...] A partir do qual a existência se mostra indissociável de agenciamentos variáveis e remanejáveis que não cessam de produzi-la. Mais do que a um uso equívoco, ela remete então a pólos do próprio conceito, o que interdita sobretudo qualquer dualismo do desejo e da instituição, do instável e do estável. Cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais definidos por códigos específicos, que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor: tendem a reduzir o campo de experimentação de seu desejo a uma divisão preestabelecida. Esse é o pólo estrato dos agenciamentos (que são então considerados” "molares"). Mas, por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, "moleculares", nos quais ele próprio é apanhado, seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade, seja porque procede à elaboração involuntária e tateante de agenciamentos próprios que "decodificam" ou "fazem fugir" o agenciamento estratificado.”

(DELEUZE, 2006)

Assim as diversas formas de agenciamento que vão aparecendo em cena, produzem vários diagramas num conjunto de intensidades diversas. Assim podemos pensar esses fenômenos de configurações variadas, e definir a complexidade de seus efeitos.

Esses agenciamentos se vinculam aos agenciados, ou seja promove a captura do outro através de parcerias e /ou associações. No âmbito econômico segundo RAPOSO (2007) conceitua uma parceria pela busca de completude entre duas pessoas jurídicas que

livremente aceitam compartilhar experiências, desenvolver conhecimento ou articular especialidades, com o propósito de usufruir as oportunidades que dependam de aliança entre organizações trajetórias próprias mas com aspirações convergentes. A parceria pode implicar na perda de da identidade publica de um dos parceiros ou pode também preservar ambos. E a associação é quando reúne mais de duas organizações sob igual conceito. Trazendo para o âmbito da antropologia as parcerias e associações na cidade de Manaus, através de agenciamentos, onde agencias indigenistas capturam agencias indígenas, e ambas tem metas e objetivos historicamente conflitantes, criando assim um leque de relações sociais, tornando possível a análise da tipologia dessas parcerias, com base nos modelos de intervenção e agenciamento procurando mostra que, os índios também se apropriam de elementos não-índios seja para montar suas estratégias que lhe permitam fugir dos estereótipos hegemônicos (territoriais, raciais, de hábitos, etc) seja para reafirmar sua etnicidade (BASINI, 2006).

1.2 O conceito de alteridade. Tipologias

Visto que para a antropologia o que caracteriza a “unidade” do homem, é sua aptidão para inventar modos de vida e formas de organização sociais muito diversas. O que seres humanos têm em comum é a capacidade para se diferenciar uns dos outros, para elaborar costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições, e jogos múltiplos. Nessa perspectiva , o antropólogo Marcio Goldman observa justamente que:

“A antropologia é um dos lugares destinados pela razão ocidental para pensar a diferença ou para explicar racionalmente a razão ou a

desrazão dos outros. [...] por outro lado, e entretanto o próprio fato de dedicar-se a diferença nunca e desprovido de consequência, e em lugar de simplesmente digeri-la, a antropologia sempre foi capaz de valorizar essa diferença, sempre foi capaz de ao menos tentar apreendê-la sem suprimi-la, pensá-la em si mesma, como ponto de apoio para impulsionar o pensamento, não como objeto a ser simplesmente explicado.” (GOLDMAN, 1998)

Dessa forma entendemos que a concepção de alteridade, constitui-se como um dos suportes teóricos base da antropologia, já que o tema fundamental da alteridade como categoria trata-se de observações provinda da "diferença", partindo da premissa de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Assim sendo eu só posso me reconhecer a partir da diferença encontrada no contato com o outro. Laplatine explicita :

“A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) levamos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos ‘evidente’. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de ‘natural’. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento (antropológico) da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.” (LAPLATINE, 2000).

A dinâmica provinda dessa relação das diferenças é fonte de permanente tensão e conflito (VELHO 1996). Nesse sentido (TODOROV, 1989)¹ expõe em sua pesquisa a respeito do conceito da alteridade, existente na relação de indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, transcrevendo sensações e posicionamentos intelectuais que dividem e classificam os homens de acordo com as culturas, que por sua vez ganham "importância" e legitimidade maior na proporção em que suas línguas e hábitos lembram ou assemelha-se em maior magnitude ao europeu, e perdem status de cultura na medida em que tais traços determinísticos culturais afastam-se do modelo europeu.

Segundo PEIRANO (1999) as alteridades, quer juntas ou separadas, as diferenças podem ser culturais, sociais, econômicas, políticas, religiosas e até territoriais. Resultando assim o que a autora denomina de, multiplicidade de "alteridades". Podemos identificar quatro tipos ideais: (a) a alteridade radical; (b) o contato com a alteridade; (c) a alteridade próxima; (d) a alteridade mínima.

O primeiro tipo trata-se de uma alteridade exótica, no sentido de estranhamento, o exótico do outro diferente. Como por exemplo à chegada dos europeus ao Brasil pela já primeira vez, segundo Todorov (1989), comprova o choque do exótico com o convencionalmente determinado padrão tradicional do viver, ver e conviver europeu.

Mariza (ano) não nega que atualmente este tipo de alteridade esteja extinto, pelo contrario existe diversas esferas que essa distancia mostra-se presente.

“Da perspectiva do tema clássico dos tabus, o exotismo é as alteridades mais distantes, remotas e, ainda assim, passível de

¹ Tavetav Todorov, Destinando um estudo profundo e documental, diários de viagem de Cristóvão Colombo ao encontro do novo mundo de 1492 evidencia a luz da alteridade, a perspectiva classificatória que cabe a Colombo que explicita em deduções típicas da época.

apreensão em um determinado universo. É certo que noções mais ou menos explícitas de distância (territorial, cultural, social) estão sempre presentes, mas a alteridade como diferença ou como exotismos divergem: se todo exotismo é um tipo de diferença, nem toda diferença é exótica. Por outro lado, a ênfase na diferença tem como dimensão intrínseca à comparação; já a ênfase no exotismo dispensa contrastes” (PEIRANO, 1999. p:5)

No que diz respeito a esse tipo de alteridade Montaigne (1907) oferece uma contribuição interessante, o autor explica que para compreender esse tipo de alteridade se faz necessária apresentação de um Eu ensaísta que não se limita a olhar o outro de fora, mas antes integra e internaliza sua diferença. Deste modo o autor utiliza o exótico como elemento fundador de um “contra-discurso” que esconde dois lados de um desejo crítico cujo verdadeiro alvo é a cultura do narrador.

A alteridade radical

A procura canônica pela alteridade pode ser ilustrada no Brasil em termos de distância geográfica ou ideológica, de duas maneiras: primeiro, no estudo de populações indígenas; segundo, no objetivo mais recente de se ultrapassar os limites territoriais do país. Em ambos os casos, em termos comparativos, a alteridade não é extrema.

Um exemplo particularmente interessante para é a obra de Geertz (1978), deixa seu familiar, casa, país, o próximo, com o intuito de pesquisar a um jogo singular entre balineses, observa a geografia, cultura e ideologias completamente nova, contudo num nível surpreendente.

Contato com a alteridade

Se a alteridade radical consistiu em estudos de grupos indígenas, as análises que focalizam a relação da sociedade nacional com grupos indígenas constituem o segundo tipo, denominado “contato com a alteridade”.

É um dos tipos utilizados, partindo da metodologia etnográfica deste trabalho, visto que a pesquisa de campo é realizada num espaço urbano de conhecimento do pesquisador e pesquisados. Oliveira (1999) aborda sobre este aspecto da presença e envolvimento do indígena na formação do estado brasileiro, no processo de formação de uma identidade nacional, tanto quando evidenciando aspectos de um precário levantamento de dados nos censos feitos da população indígena. E a idéia de territorialização, o processo de mão dupla dela decorrente e o exame dos índios misturados.

Bernal (2009), quando iniciou seu levantamento de dados, propondo-se a passar o dia na Praça da Matriz e contabilizar quantas pessoas que passavam por ali tinham o fenótipo indígena, constatou a dificuldade em distinguir índios e não-índios, pois a miscigenação se fazia notar.

Para Ribeiro(1962) , onde o problema indígena não poderia ser compreendido fora do quadro de referência da sociedade brasileira, pois ele só existe “onde e quando índios e não-índios entram em contato” A situação dos indígenas nas cidades cria a abertura de um leque de relações, tanto quanto os organizados e reconhecidos legalmente, quanto os que não estão.

Alteridade próxima

Este tipo e alteridade, incluir o panorama de interações num contexto urbano, de proximidade física, também um dos tipos ideais para nosso estudo, pois se trata de negociações ou parcerias com a exterioridade próxima, (estados, instituições, organizações, atores e etc.) perpassando o cotidiano urbano, um exemplo e as iniciativas em elaborar políticas culturais indígena em parceria com os povos indígenas. Visando uma política cultural tem que ser vivida, atualizada e colocada em prática, não seja imposta. Onde predomine efetivamente a interlocução com as representações indígenas”.

“A atração pela antropologia ora se dá por seus aspectos qualitativos, ora pelo desafio de compreender aspectos do ethos nacional. Registre-se, portanto, a diferença marcante da antropologia que se faz nos. O estudo da alteridade próxima, a opção teórica tem sido via predileta para se alcançar o objeto de estudo. Um objetivo dominante do projeto como um todo tem sido desvendar os valores urbanos no caso brasileiro; neste sentido, as pesquisas não apenas situam os fenômenos na cidade, mas procuram analisar, na trilha deixada por Simmel, as condições de sociabilidade nas metrópoles.”
(PEIRANO, 1999. pp12)

No caso de Manaus, esse tipologia pode ser empreendida como um fenômeno, a priori, da crescente presença das populações indígenas na cidade, configurando toda uma estética da cidade.

A alteridade mínima

A alteridade mínima é praticamente aparte do trabalho etnográfico, e como se um fosse destinado a colher dados e outra pessoa designada a processá-los. Distanciando assim seu olhar ouvir e escrever do objeto estudado. Peirano (1999) levanta questões a respeito da legitimidade desse tipo de alteridade. Fincando em aberta a questão.

“Nos estudos em que a alteridade é mínima, isto é, está localizada no próprio trabalho intelectual dos cientistas sociais, nota-se um traço marcante: a maioria destes estudos examina temas abrangentes relacionados a tradições intelectuais ocidentais. Surge, então, a questão crucial sobre o público desses trabalhos (PEIRANO 1992).

Aqui, a velha questão permanece: o vínculo com o mundo intelectual mais amplo se dá apenas por efeito ilocucionário e a “alteridade mínima” esconde uma proposta, não realizada, de alteridade máxima, porque é teórica. Esse tipo de alteridade pode ser utilizado em determinados casos, como o de colher informações em documentos, relacionados as agencias, entretanto é o menos pertinente a pesquisa.

A perspectiva da alteridade parte dessas visões descentradas, procurando analisar as diversas versões em que no jogo de relações se aproximam ou se afastam um do outro.

2. . Discussões dos objetivos alcançados

2.1 Caracterização dos Ye'pá-mãsha no contexto de Manaus

No Brasil, segundo dados da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, entre 100 e 190 mil índios vivem fora das terras indígenas, inclusive em centros urbanos. Atualmente, o

Estado do Amazonas detém a maior diversidade cultural e maior contingente populacional indígena do Brasil. De acordo com a Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI (FEPI, 2007) existem no Estado cerca de 60 povos com uma população estimada em 100 mil indivíduos, distribuída em 178 Terras Indígenas. Estima-se que a população indígena de Manaus é de aproximadamente sete mil indivíduos, espalhados pelas quatro zonas da cidade, de acordo com censo feito há dez anos atrás pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2000). Único censo que abrangeu a cidade toda, e a fonte mais confiável. No entanto, outros dados estatísticos duplicam a estimativa dessa população indígena. Neste sentido o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB referem-se a 20 mil indígenas residentes na cidade. Essas estatísticas mostra um significativo aumento da presença indígena na cidade.

Em nossos levantamento de dados sobre os Tukano ao longo da pesquisa, mostrou que essa situação ainda persiste, nenhuma as agencias que indígena, indigenista, ou Estadual, possui dados estatísticos definidos, houve algumas iniciativas, por meio de parcerias entre universidade, FUNAI e outros. Contudo devido a falta de aportes técnicos e financeiros, e a problemática da dispersão, a iniciativa se encerrou antes de uma conclusão.

Como falar dos “índios de Manaus” torna-se altamente pretensioso e impreciso. (BERNAL, 2009). Além de tecer um discurso ético típico do indigenismo (LIMA 19..), O termo índio, entretanto foi concebido de forma incorreta com a chegada dos europeus na América, pensando ter alcançado as índias, mesmo depois de verificarem que a América constituía um continente à parte, não ligado à Ásia, conservaram esse nome, que continuou a designar todos os habitantes da América que não fossem europeus (MELATTI, 1993).

Apesar desse termo genérico; índios, cada grupo étnico continuam a se reconhecer e a se pensar como formações sociais homogêneas e distintas entre si (GRUPIONI 1992). Mesmo no âmbito das cidades, o recorte da pesquisa se fecha entorno dos indígenas da etnia Tukano, que se autodenominam Ye'pá-mâsha que significa “gente da terra”. É o grupo mais numeroso da família lingüística Tukano *oriental*, sendo aproximadamente 4.404 indígenas (ISA,2001). Concentram-se principalmente nos rios Tiquié, Papuri e Uaupés, mas atualmente, encontra-se residente no rio Negro, na sede do município de São Gabriel da Cachoeira e em Manaus.(FEPI,2008).

A escolha dos indígenas para serem entrevistados precedeu da seguinte forma; No fim do mês de Julho de 2009, aconteceu uma conferencia das lideranças indígenas para um curso de capacitação de agente indígena da cidadania, abordava diversos assuntos, como política, educação, saúde e direitos. Conhecemos vários líderes indígenas representando suas associações na cidade de Manaus e arredores. Entre essas lideranças destacamos três lideranças pertinentes para a pesquisa, a Driana Barreto, representante da APN, Dimas representando o MEIAM, e Irenice da AMARN. Esses foram inicialmente nosso primeiro contato com os Tukano, por meio deles chegamos a outros, estudantes universitários, os que trabalham em instituições e seus familiares residentes em Manaus.

Entretanto do ponto de vista demográfico encontramos grandes dificuldades tratando-se de populações indígenas “urbanas”, tem-se apenas um numero aproximado sem discriminação por sexo, nem taxa de natalidade, mortalidade, imigração, emigração etc. Mas o próprio IBGE avalia, em publicação que analisa os resultados da amostra dos censos de 1991 e 2001, que o crescimento expressivo da populações indígenas no Brasil no período está diretamente ligado à auto-identificação que ocorreu nas cidades, e não no campo. Muitos tukano vieram na década de 70 e 80 para Manaus.

“E essas mulheres que estão aqui, não tem pouco tempo que elas estão aqui; elas vieram jovens. Essas idosas já vivem aqui há quarenta anos ou mais, já fizeram a vida na cidade. só vão lá na comunidade rapidinho. Passam um mês e depois vêm embora e tem mulheres que desde que vieram ainda não tiveram a oportunidade de ir visitar seus parentes.” (Juscimeire; tukano; 49 anos; Cord. AMARN)

Esses Tukano residentes na cidade continuam sendo submetidos através da intervenção , ou melhor, do atraso político das agências indigenistas, que ambigualmente utiliza como critério, o da auto- identificação étnica, segundo Cunha (1987) seria o mais adequado, por reservar aos próprios grupos étnicos o direito de decidir quem são e quem pertence a seu grupo. Recorrendo ao artigo (Art. 231,V) do estatuto, que proíbe o deslocamento de grupos indígenas, resultando conseqüentemente na declaração tácita dos que desses a fazem, o abandono perante o órgão federal, dos seus direitos. Nesse sentido a imprecisão da legislação da instituição só afirma a descontinua praticas da ação indigenistas. “No passado se buscou, de diversas formas, fazer com que os índios deixassem de ser índios, abandonando seus modos de vida, seus rituais e suas línguas, para se tornarem brasileiros, civilizados. Hoje, cobra-se deles o contrário: que falem suas línguas, mantenham suas tradições, se preservem dos males da civilização, ou que deixem então, de uma vez por todas, de insistir em se manter como índios. (GRUPIONI, 1992).

Atualmente o panorama ao menos geral, superficial da imagem do Amazonas, Manaus é de um ambiente propicio para os indígenas declararem sua identidade, entretanto,

aprofundando uma reflexão analítica nessas relações, detecta-se a existência de múltiplas evidências de descontinuidades entre práticas e discursos indigenistas. Como acontece com duas das principais agências indigenistas a FUNAI e a SEIND, que mantêm diversas parcerias, em relação às demandas indígenas, tendo um carisma (WEBWER, 1913) contrário uma para com a outra e os diversos núcleos de famílias ou indivíduos Tukano que vivem na cidade, parcerias, financiamentos, contudo convergem na mesma técnica usada há anos, só são efetuados, e repassados tais recursos, se o indivíduo indígena tiver sua identidade indígena (RANI). “descontinuidades, que antes era o estigma da dispersão temporal que o historiador tinha por tarefa suprimir da história, se torna agora um dos elementos fundamentais da análise histórica” (FOUCAULT, 1971).

Apesar das mudanças, uma cultura indígena só deixa de ser considerada assim quando os membros de seu grupo perdem a consciência de seu vínculo histórico com sociedades pré-colombianas (CUNHA, 1987). Como demonstrou Barth (1998), pertencer a uma etnia não significa necessariamente ter um parentesco biológico. Não são aspectos físicos que emprestam a etnicidade, mas sim, as relações entre grupos distintos que buscam definições de quem são e quem não é uma etnia.

“Honro a oportunidade para partilhar a experiência de vida entre a aldeia e cidade, a razão de ser Tukano frente às estruturas sociais da globalização, assim como honro os conhecimentos tradicionais como fundamentos para continuidade da existência cultural Tukano.”

(Rivelino; tukano; 30 anos; mestrando)

O entrevistado acima reflete o que percebi em todos os entrevistados tukano, que se referiam a sua etnicidade, afirmando com estima sua identidade e raízes. 90% dos entrevistas realizadas, fruto do contato inicial com as três lideranças tukano, evidencia a participação desses tukanos presente no âmbito da cidade de Manaus, em movimentos indígenas, direta ou indiretamente nas organizações legalizadas e reconhecidas juridicamente, que nas duas últimas décadas tem tido um crescimento sem precedentes, fortalecendo assim sua identidade étnica e lutar pela valorização e garantia de seus direitos.

Alguns grupos criam suas próprias organizações, enquanto outros se mantêm voluntariamente num estado de “desorganização organizada” como forma de resistência de afirmação e de autonomia cultural. (BERNAL, 2009). Nesse sentido o entrevistado João Paulo, explica como funciona, a participação dos Tukano que não estão inseridos diretamente em organizações.

“Liderança, eu acredito que é mais por uma questão de habilidade. A pessoa tem que se identificar com aquilo que ela gosta de fazer eu vejo por esse lado, é o meu ponto de vista, por isso que eu digo, quem militam são aquelas pessoas que tem jeito para isso. Não é meu caso, eu não sou de liderança de movimento, mas sou tukano, participo de toda políticas que acontece, participo disso, mas como profissional, como tukano. Essa é a diferença. e por isso que nos encontramos na AMARN, encontramos nossos familiares, para a troca de idéias, ficamos por dentro das últimas notícias, e estamos aqui no suporte técnico de participação mesmo quando botamos para mobilizar, mobilizamos muita gente, é adulto criança, jovem, velho.. porque todo mundo hoje tem orgulho de ser índio.”

(João Paulo, Tukano; 38 anos; universitário)

Organizada desorganizada, no sentido de não serem membros das organizações indígenas na cidade, quando ocorre alguma manifestação indígena na cidade, há um rede de relações familiares, que é compactada e comparecem em grande numero, para apoiar a causa recorrente.

Partindo desse contexto de agências indigenista, agencias do Estado que não é propriamente indigenista, e o contato com diversas agências indígenas e diferentes núcleos da família Ye'pá-mãsha, que vieram para Manaus de suas terras até outras situações em que optaram pela vida na cidade em decorrência da falta de oportunidades de educação e atendimento adequado de saúde nas suas aldeias. Estipularemos quais são as agencias governamentais ou não, que produzem parcerias ou conflitos dentro dessa estética urbana, dentro do recorte relação Tukano e agencias.

2.2 A natureza e atuação das agências que se vinculam com os Ye'pá-mãsha.

De acordo com as entrevistas, as observações e os dados bibliográficos, elucidamos três tipos de agências primordiais que compõe o cenário internacional em Manaus. As agências indigenistas, são órgãos governamentais, Municipal, Estadual ou Federal, que trabalham diretamente com assuntos das populações indígenas, como é o caso da FUNAI, FUNASA e SEIND. Realizando através de seus agentes (Funcionários, até mesmo indígenas) praticas intervencionistas, estabelecendo o regime governamental sob outras agências.

As agências indígenas, constituem-se de organizações não governamentais, com legitimidade jurídica, estruturadas, com cargos definidos, gerenciadas por indígenas. Na cidade de Manaus destacamos quatro principais organizações indígenas relevante no caso dos Tukanos, AMARN, APN, MEIAM e COIAB. São organizações que contam com a participação direta ou indireta dos Ye'pá-mãsha.

As agências de Estado não indigenista, optamos por não denominá-las de organizações não governamentais, porque algumas têm o caráter governamental, como é o caso da SEDUC, uma instituição de educação na cidade, tem programas voltados para educação indígena, mas trabalha com toda a sociedade, ou seja estas organizações não tem finalidades puramente indigenistas, como é o caso do ISA, IBGE, CIMI. Que tem contribuído de diversas formas, estabelecendo vínculos e parcerias no âmbito da cidade nos assuntos indígenas.

Em seguida faremos uma caracterização contextual dessas agências, objetivos, metas metodologia de trabalho, para entender as inserções e os diversos atores sociais e o papel que cada exerce nas interações sociais no âmbito urbano de Manaus.

2.2.1 Agencias Indigenistas

Fundação de Nacional do Índio – FUNAI

Criada em 1967, veio substituir a o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, é implementada num regime de ditadura militar. Com o retorno da democracia, a Constituição de 1988 veio alterar as concepções ideológicas vigentes, na medida em que reconheceu a permanente diversidade e especificidade cultural dos índios. Também legitimou qualquer processo judicial movido por eles através do Ministério Público, que está encarregado de defendê-los judicialmente (Art.231). Nessa ocasião, ocorreu a ampliação da relação do Estado com os povos indígenas, a partir da criação de diversos órgãos, e vários ministérios de atuação com povos indígenas, quebrando a hegemonia da FUNAI como órgão titular e absoluto da política indigenista. Várias ações indigenistas antes centradas na FUNAI foram transferidas para outros ministérios. Como exemplo, citamos os casos de saúde indígena, que passou para a responsabilidade do Ministério da Saúde, especificamente para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e a Educação Escolar Indígena, que foi transferida para o Ministério da Educação.

Compete à FUNAI atualmente, promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à

preservação desses povos. A FUNAI trabalha apenas com as populações indígenas reconhecidas e registradas por ela, pelo mecanismo da auto – identificação indígena, em geral e prioritariamente com as populações habitantes de aldeias, ou as localizadas em terras indígenas. O estatuto da FUNAI (Decreto n 564, de 9.06.92) estabelece que ela: “tem como finalidade exercer em nome da União a tutela dos índios e das comunidades indígenas não integradas na comunhão nacional” (Art.1,I). Nesse sentido não compete a FUNAI o encargo dos índios que deixam suas comunidades, e áreas demarcadas para viver nas cidades. De acordo com o Artigo 3 do Estatuto do Índio (Lei No. 6.001, de 19 de dezembro de 1973) define o índio como: "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional", e a Constituição de 1988 reconhece as "sociedades indígenas" como coletividades situadas entre os índios, enquanto indivíduos e cidadãos brasileiros, e o Estado.

Hoje podemos perceber um agenciamento, como uma internalização por parte das agencias indígena, através de uma rotina burocrática

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

Foi criada em 1991, pelo decreto (FNS) (Decreto nº 100, de 16.4.1991) a partir da fusão da Superintendência de Campanhas da Saúde Pública - SUCAM e do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP (FUNASA, 2009). A FUNASA surgiu no panorama histórico democrático, após a primeira eleição direta para Presidente da República na década de 60.

Durante os primeiros nove anos, a Funasa desenvolveu suas atividades de forma centralizada e pouco sistêmica. Esse período caracterizou-se pelo desenvolvimento de ações pontuais, setoriais e desarticuladas. Essa realidade, aliada às diferenças culturais das organizações que a originaram, dificultava sua integração ao Sistema Único de Saúde. Em agosto de 1999, o Governo Federal transferiu a responsabilidade da saúde, da FUNAI para a Funasa pela Lei nº 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, que estabeleceu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS. A responsabilidade pela execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de toda a população indígena, estimada, na época, em 360 mil índios. A partir de então, iniciou-se um processo de reorganização do modelo de gestão da Fundação Nacional de Saúde, quando umas séries de medidas foram adotadas visando ao redirecionamento da organização.

Atualmente compete a FUNASA: “Promover a inclusão social por meio de ações de saneamento ambiental e de ações de atenção integral à saúde dos povos indígenas, com excelência na gestão e em consonância com o SUS. A FUNASA integra uma Sede da Presidência em Brasília-DF, uma Procuradoria Geral Federal, Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM), Departamento de Administração (DEADM), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DEPIN), Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP), Departamento de Saúde Indígena (DESAI), e as coordenadorias regionais”. A saúde indígena responde 8% do orçamento da Funasa (R\$ 340 milhões) e possui 4 mil servidores diretos e mais 10 mil conveniados.(FUNASA 2009).

A FUNASA trabalha por distritos, posicionados nos interiores do Estado. Não possui um distrito para atendimento na cidade, somente em parcerias com SUS, presta algum apoio.

Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND

Dada a reformulação da constituição de 1988, as organizações indígenas começaram a se legalizar, possuindo estatuto, CGC - CNPJ e conta bancária. As mudanças nos rumos do movimento indígena, abre espaço para uma nova fase voltado às novas políticas, descentralizadoras e direcionado ao desenvolvimento local e sustentável. Negociando assim seus projetos, promoveu uma redefinição da relação com o estado. Fruto de todo esse processo, surge a necessidade das organizações indígenas institucionalizar sua atuação no âmbito das políticas públicas estaduais, foi criada a Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, por meio do decreto Estadual n 22.040 em 2001.

A SEIND veio em substituição à FEPI. Criada pelo governo do Amazonas por meio da lei nº 3.403, em 7 de Julho de 2009. A secretaria de Estado para Povos Indígenas - SEIND é primeira do Brasil do gênero. Atualmente tem como finalidade formular, executar e implementar políticas de etnodesenvolvimento do Estado, em parcerias com outras instituições do Governo Federal, Estadual, Municipal, comunidades, organizações indígenas e entidades não governamentais, com atividades voltada ao desenvolvimento sustentável assim como garantir a preservação de valores culturais e históricos, e criar mecanismo para facilitar a participação ativa de todos os interessados nas questões indígenas especialmente as organizações e lideranças indígenas, definido e aprovado pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Como primeiro secretário, foi eleito o professor Jacinaldo Barbosa Cabral, Sateré-Mawé (SEIND, 2009). Sua área de atuação abrange todo o estado do Amazonas, onde situam-se comunidades e tribos indígenas.

2.2.2 Agências Indígenas

AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

A AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, foi fundada no ano de 1987 pela antropóloga Janete Chernella², Sensibilizada com a situação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro que além de sujeitas à discriminação, viviam em condições precárias na cidade de Manaus. Com o intuito de unir estas mulheres de maneira organizada para que assim participassem além de saúde, educação, demarcação de terras indígenas, entre outros, a valorização da mulher indígena.

Pode-se dizer que a AMARN é a maior associação de mulheres da cidade de Manaus, e também uma das mais institucionalizadas. O formato de sua estrutura é compatível com exigências burocráticas de legitimação e visibilidade política no meio urbano, tais como registro, estatuto, eleições de coordenações e cargos hierárquicos, mas seu funcionamento e relações internas parecem extrapolar tal formalismo e se regem também por outros códigos, seguindo padrões étnicos e tradicionais, e /ou desenvolvidos por afinidades estabelecidas, muitas vezes, pelo próprio modo e tempo de vivência na cidade.

Desde sua fundação, a AMARN atua de forma legalizada e atualmente ocupa assentos nas instancias decisórias tais como Conselho Deliberativo e Fiscal e grupos indígenas da COIAB – Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira, além de participar em todas as discussões do Movimento indigenista e luta contra a discriminação racial e

² Informação adquirida no fascículo da AMARN, numa visita a sede.

maior participação das mulheres nos espaços coletivos, onde atua fortemente nos eixos; políticos, produção de artesanatos, comercialização, educação e cultura.

Hoje a AMARN conta com a parceria do Instituto Consulado da Mulher, Fundação de Ângela Borba, FUNAI, FOIRN, comunidades e associações de base do Rio Uauapés, Rio Içana e Rio Tiquié.

APN – Associação Poterikanã Numiã

A APN (Associação Poterikanã Numiã) é apresentada pelas suas próprias integrantes como uma dissidência da AMARN, fruto de conflitos entre as associadas. Afeitas a um projeto distinto daquele proposto pela AMARN – ou, pode-se dizer, a um *grupo* distinto –, algumas mulheres se propuseram a formar um novo grupo para iniciar novos projetos de confecção de artesanato e de constituição de um espaço para a partilha de experiências e para o desenvolvimento de uma forma de reivindicação de suas demandas. A associação, criada há pouco tempo, já apresenta sérias dificuldades de se manter. Em uma casa humilde localizada em uma região periférica de Manaus, que apresenta uma paisagem mais rural que a periferia próxima da cidade, duas associadas e a ex-coordenadora, Nívea, fazem um panorama desanimador da situação da associação, que se encontra inativa.

Desta forma, o modelo institucionalizado /burocrático da organização APN é que parece estar inativo, mas as relações mais informais que a constituem funcionam plenamente, e são acionadas frequentemente no próprio discurso e atividades das integrantes, que discutem, por exemplo, a predominância hierárquica da etnia e língua Tukano no Alto Rio Negro – e em suas relações pessoais na cidade – e comentam, sobre outros tipos de organização que começam a surgir entre elas, como a liderança do processo de ocupação de um terreno próximo à cidade.

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) consiste na maior e mais importante organização indígena do Brasil tendo 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Esta compõe associações locais, federações regionais, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil: organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. Juntas, estas comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, 160 diferentes povos indígenas com características particulares, que ocupam aproximadamente 110 milhões de hectares no território amazônico. A mesma preza pelos seus direitos básicos (terra, saúde, educação, economia e interculturalidade). Tem como instância máxima de deliberação sua Assembléia Geral Ordinária que, a cada três anos, reúne lideranças representativas de 31 regiões dos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira.

A COIAB tem sede em Manaus e uma representação em Brasília (DF) para articulação política e para dar apoio às organizações indígenas. Os representantes destas regiões constituem o CONDEF – Conselho Deliberativo e Fiscal, que é um órgão consultivo, de assessoria e deliberativo da Coordenação Executiva da COIAB. O CONDEF é eleito na Assembléia Geral. A Coordenação Executiva é a instância de execução da COIAB, formada por um coordenador geral, um vice-coordenador, um coordenador secretário e um coordenador tesoureiro. A missão desta instituição consiste em defender e promover os direitos dos povos indígenas. Com os devidos objetivos: promover a organização social, cultural, econômica e política dos povos e organizações indígenas da

Amazônia Brasileira, contribuindo também formulando estratégias, buscando parcerias e cooperação técnica, seu fortalecimento e autonomia financeira e política com organizações indígenas e não indígenas.

2.2.3 Agencias do Estado não indigenista

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Segundo dados Da própria instituição, o CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. O objetivo da atuação do CIMI foi assim definido pela Assembleia Nacional de 1995: “Impulsionados(as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativos, pluriétnica, popular e democrático.” Os princípios que fundamentam a ação do CIMI são: o respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a

valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;- o protagonismo dos povos indígenas sendo o CIMI um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos;- a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

Instituto Socioambiental – ISA

O Instituto Socioambiental é uma associação sem fins lucrativos, necessariamente voltada para questão ambiental, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

Fundado em 1994, para propor soluções sustentáveis e integradas a questões sociais e ambientais, o ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos e valorizar a diversidade socioambiental.

Secretaria de Educação – SEDUC

De acordo com a Constituição de 1988 que concede, com maior ênfase, o direito à educação escolar para todos. Aproximadamente 75% dos 61 municípios do Estado do Amazonas contam com Educação Escolar Indígena - educação essa que é possível uma vez que o Projeto Pirayawara promove a formação de professores e mantém escolas indígenas.

Para atender essa clientela escolar de 59.000 mil alunos e fazer cumprir o que determina a Carta Magna, da Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas é regulamentado pelos seguintes instrumentos legais: Artigo 199 da Constituição Estadual (1989) - De acordo com ele, “a língua portuguesa será o veículo de ensino nas escolas de Educação Fundamental, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. E o decreto n.º 8.749/98, de 06/05/1998 - Institui o Conselho Estadual de Educação Indígena no Amazonas (CEEEI/AM).

3.0 As Agências e as transformações do regime das alteridades

Regime significa no sentido do estudo dessa pesquisa, caracteriza-se por controle determinado por rotinas, num determinado espaço social, como a FUNAI dispõe suas unidades, utilizar-se das práticas que controla essa rotina no tratamento com populações indígenas no contexto urbano, como acontece a captura e o agenciamento, por meio dessa rotina que compõe saberes, tradições reconhecimentos, que vão sendo criados no contato através de associações, apoios e parcerias, que institucionalizando um saber burocrático,

uma rotina administrativa a ser internalizada, determinado possíveis limites, ou em contraponto os tukanos podem capturar e entrar nessa rotinização na perspectiva de este ser o dever do governo atribuir o direito a eles.

Como esses índios podem estar trabalhando dentro do estado, em universidade, mostrando essa complexidade das relações e capturas de ambos os lados e ate mesmo ambigüidades das parcerias entre indígenas e agencias. Entrevistei vários indígenas tukano ou não, que trabalham dentro de órgãos públicos, gerenciando projetos dentro de gerencias indigenistas e Estaduais, permeando as instituições. Mesmo perante a evidente presença indígena, no contexto do trabalho, como no caso do Baré Edgar que trabalha há 4 anos na FUNAI, a relação de alteridade evidencia-se como de contato, mas no sentido negativo, de indiferença. A FUNAI tem um histórico de relações de alteridade radicais, baseado no histórico quanto a indiferença das diversidades dos povos indígenas, mesmo com as mudanças da constituição, a pratica revela-se ainda estática. Em vista do aumento da das populações na cidade, trata a questão com medidas emergenciais. Ate hoje não existe dados definidos sobre as os indígenas e suas respectivas etnias vivendo em Manaus. Em uma entrevista com o coordenador regional da FUNAI, ele fala sobre as futuras medidas, para alcançar essa estatística.

“[...] Esse ano (2010), de acordo com o concurso, ta previsto o senso nacional do IBGE de 2010, a FUNAI em parceria com o IBGE, vamos saber qual é mesmo a densidade populacional indígena na capital. [...]Aqui em Manaus identificar esses indígenas, vai ser situação de maior dificuldade, eu acho que o próprio sistema de auto-declaração, auto-identificação, por si próprio vão se auto identificar indígena, que é o método que agente usa, pela auto-identificação. Se

ele diz que é índio e a comunidade, o tucana e o cacique reconhece ele como índio, automaticamente agente faz o reconhecimento oficial, inclusive dando registro, a famosa RANI, o registro administrativo de nascimento indígena.” (Edgar; Baré; Coord. FUNAI)

Essa falta de medidas, para reconhecer os indígenas que vivem em Manaus, vai contra toda uma divulgação, das praticas indigenistas no Amazonas. De acordo com o Artigo 3 do Estatuto do Índio (Lei No. 6.001, de 19 de dezembro de 1973) define o índio como "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". A associação do índio a floresta, é um dos pontos que discorreremos, mas não o único, que embasam a maioria das análises tipificando relações entre Tukano e agencias. Para analisarmos o tipo de alteridade que é gerada, consideraremos as descontinuidades, que antes era o estigma da dispersão temporal que o historiador tinha por tarefa suprimir da historia, se torna agora um dos elementos fundamentais da análise histórica (FOUCAULT, 1971). Descontinuidades essas entre praticas e discursos indigenistas que empreende agencias como a FUNAI e a FUNASA para com os diversos núcleos de famílias ou indivíduos Tukano que vivem na cidade. “Ahora bien, unidades político – organizativas como las asociaciones también pueden derivar en cronótopos, de ahí la importancia metodológica de contextualizar las versiones y las visiones identitarias, sus estrategias y su uso relacional dirigido, puntual y mediático.” (BASINI, 2010) vem evidenciar a importância das versões e o tempo-espaco que estas se estabelecem.

O conceito de cronótopos (Bakhtin 1981) é demonstrar os modos que uma nação foi figurada no tempo e espaço. Podemos evidenciar como duas figuras antagônicas que emergiram no período, uma tomou forma em um novo campo de relações internacionais, enquanto a outra foi produto de base popular, meu argumento é que esses dois quadros espaços-temporais conflitantes (cronótopos) são uma característica definidora da dependência enquanto forma de consciência histórica.

A FUNAI, inicialmente denominada SPI, assim como os Ye'pá-mãsha, sofreu grandes transformações políticas envolvendo mudança de orientação. A tutela conduz a idéia de justificar os movimentos de interdependência. A FUNAI utiliza-se da prática tutelar indígena até estes serem integrados a sociedade civil, assim como um filho se torna independente do pai, enquadrado como uma reafirmação natural do modelo parental. Uma segunda formulação rejeita a idéia das relações de agência indigenista ser equiparada a um pai amoroso. Ao contrário nessa reformulação a interdependência é uma rejeição da exploração colonial, como uma forma de manter os índios em seu estado degradado, em completa indiferença as suas diversidades culturais, submetendo no caso dos Tukano, assim como todas as etnias do alto Rio Negro, sobre o implacável missão salesiana, e suas práticas catequizadoras. A alteridade passa, hoje, de radical, onde a FUNAI captura mediante o processo de dependência política e ideológica, para a alteridade de contato, reconhecendo as diversidades e estabelecendo vínculos com os diversos núcleos étnicos e organizações, veremos a seguir como se dá essa transformação no espaço-tempo.

A Constituição de 1988 reconhece as diversidades indígenas e atribui legitimidade aos movimentos indígenas. Assim as organizações indígenas começaram a se legalizar, possuindo estatuto, CGC - CNPJ e conta bancária. As mudanças nos rumos do movimento indígena, abre espaço para uma nova fase voltadas às novas políticas, descentralizadoras e

direcionadas ao desenvolvimento local e sustentável. Negociando assim seus projetos, promoveu uma redefinição da relação com o Estado, Ao estado não coube mais uma política indigianista tutelar, de tal modo que as organizações indígenas, buscam ocupar sua posição estabelecendo parcerias com outras organizações e com o próprio Estado. Promovendo a transformação para um tipo de alteridade de contato, em que opera a negociação e o dialogo. Mas como se dão essas parcerias das agencias no âmbito da cidade? Seria prematuro afirmar que essa alteridade predomina as agencias nessa realidade.

Nessa perspectiva a SEIND, é atualmente a maior referencia no estado do Amazonas e Manaus, onde localiza-se a sede, quanto a política indigenista. A ascendência de indígenas ocupando posições de administrações em cargos Estaduais, é visto como prova das transformações das alteridades radicais que predominavam anteriormente. Contudo pude perceber quando coletava entrevistas, que há uma descontinuidade quanto a esse novo discurso pós-moderno das agências indigenistas em Manaus, quanto aos verdadeiros exercícios das parcerias e vínculos estabelecidos com as organizações e o individuo indígena. A APN – Associação das Poterikanã Numiã , esta com suas atividades inativa, devido ao embargo do financiamento aprovado, no valor de 40 mil para injetar recursos, para o grupo artesãs membro da associação (informação verbal), segundo a Driana, Tukano e conselheira da associação, a secretaria estaria negociando a gerencia desse investimento, ao invés de repassar o valor total a presidente da associação. Em outra entrevista com a presidente da associação da AMARN ela declara sua insatisfação com as praticas da SEIND:

“Hoje a SEIND é uma secretaria indígena. Os que estão lá que deveriam estar cobrando o Governo. Quando nos somos chamadas

lá, é para ajudar a formular propostas. Acontece que não é mais tempo de levar propostas. A AMARN já tem 25 anos, ela já veio ajudando nas políticas públicas para melhorar a convivência dos indígenas aqui na cidade. Hoje em dia a SEIND já é para estar cobrando a efetivação, do governo. Porque a SEIND é governo.”
(Juscimeire;Wanano;49 anos, Coord. AMARN)

Dada múltiplas parcerias e associações, com divulgadas na mídia, que é um veículo agenciado pelo governo, reproduzindo a transformação da de visões eurocentrista, ao reconhecimento da diferença, para quem acompanha a realidade das populações indígenas, percebe que Manaus tornou-se uma arena de demonstração para capitalistas, diplomatas, intelectuais e jornalistas, com demonstrações encenadas das parcerias e diálogos intercultural com os indígenas no Estado, hospitalidade, potencial financeiro e contentamento humano. Isto foi acompanhado do investimento na imagem do Estado para o país e o exterior, através da participação em feiras mundiais, congressos científicos internacionais e publicações etc. As relações de alteridade que são estabelecidas, é na alteridade com alteridade, mas um contato que gera estigma, e preconceitos. Nem toda alteridade é positiva, um pode se aproximar para apropriar-se do outro. Contudo nesse contato há uma troca. Nesse sentido o CIMI, estabelece esse tipo de relação de alteridade e contato, no passado a catequização, houve primeiro uma barbaria, a alteridade era do tipo radical, onde os salesianos forçava uma nova visão de mundo, hábitos higiene. Atualmente os salesianos continuam presente, e sustentam agora uma parceria com os Tukano. Em uma visita feita a AMARN, num domingo acontecia uma missa, o padre salesiano, vestia uma bata branca, e utilizava uma cuia, para a hóstia, e um cálice de madeira. Os salesianos

foram os responsáveis não somente pelas atividades evangelizadoras, mas educativas e administrativas também. A região do alto rio negro é marcada pela tradição católica, devido ao seu estabelecimento institucional em necessidades essenciais como a saúde e educação, “graças a esses internatos” que hoje essas mulheres sabem ler e escrever, contudo o catolicismo não só penetrou e transformou essas culturas, como também deixou-se penetrar e transformar, em determinados aspectos, pelo modo de vida dos índios. Nessa pequeno simbolismo da cuia e do cálice, podemos perceber a transformação da alteridade, de radical para a de contato, contudo fruto de uma transformação imposta no passado.

A transformação de alteridades no passado, refletem nas relações e alteridades atualmente, a distinção dos Tukanos ao chegar nas cidades, decorrem da inserção da cultura do não- índio pelos salesianos, o depoimento abaixo, fala um pouco de como os novos códigos urbanos, e a percepção que os próprios Tukanos, tem da vida indígena na cidade.

“[...]O impacto e a diferença dos que vieram da comunidade é muito grande, porque na comunidade se você vai caçar e pescar e pega um peixe maior, um macaco maior, você vai dividir com seu vizinho, na cidade não é assim. Se você vai fazer compra no supermercado, você pega dois carrinhos no supermercado bem assim, se o seu vizinho tiver morrendo de fome bem aqui, você vai entrar e não dá um pedaço de carne. Essa é a grande diferença, se você quiser comer tem que trabalhar.” (Miguel Maia; Tukano; 40 anos Asse. SEIND)

A captura de novos códigos do urbano, a diferença apresenta-se a priori, no impacto da diferença, estabelecendo inicialmente uma alteridade radical, em termos de modelos econômicos e visões do mundo. De forma sucinta podemos afirmar que a base da complexa

organização social indígena, está centrada nas relações de parentesco e nas alianças políticas e econômicas que cada povo ou grupo familiar estabelece. O estilo de vida na comunidade quanto a distribuição e o consumo de bens são orientados com base na redes de parentesco. Quando caçador consegue uma caça, sua obrigação é distribuí-la em primeiro lugar entre os membros da sua família extensa e somente satisfeita essa obrigação é que ele poderá atender a outros membros ou mesmo à comunidade inteira.

A decisão de permanecer na cidade, se dá ao fato de que mesmo com restrições conseguem ter acesso a serviços como, energia elétrica, água, telefone, transporte, com também a produtos alimentares e outros bens que não são sempre disponíveis no interior. Atentando para o início de um processo de reconformação das identidades étnicas indígenas segundo BERNAL(2006). Nessa perspectiva o autor toma como referencia a premissa em reconhecer que não foram os índios que chegaram em Manaus, foi a cidade e seus habitantes que vieram se instalar nas terras do índio. O fato é que no caso dos Tukano o relato da trajetória de vida desses indígenas, revelam um histórico de idas e vindas da cidade a suas aldeias, sob grande influencia do regime salesianos.

“[...]Então o internato era uma forma de ter acesso a outras localidades. As pessoas acima de trinta e quarenta anos passaram pelos internatos, que foi fechado nos anos oitenta.. então as pessoas tinham uma formação, como freiras e padres.E continuou com escolas de ensino básico e depois essas escolas foram também para a comunidade. E de lá o horizonte ou é Barcelos, Santa Isabel ou Manaus. Então depois do ensino médio, quem quisesse continuar a estudar tinha que fazer esse processo migratório.[...] As famílias migram, e essa é a entrada para processo civilizador. E depois do processo de migração, continua essa transitoriedade, é assim um fluxo e refluxo.” (PEREIRA 2010)

As conseqüências desta intervenção cultural, transformando o panorama social e cultural da região, pois além das atividades religiosas, exerciam também atividades educativas, graças ao estabelecimento institucional, os internatos, que atuaram de forma homogenizadora. Essas incorporações do catolicismo pode ser encontrado no fato de que existe um bom numero de índios padres católicos, todos da região do Rio Negro, muitos índios fizeram o seminário, mas não concluíram. Como constatamos na narrativa baixo;

"[...]A única oportunidade que eu vi naquele momento, era ser seminarista, mas antes conversei com os padres, as freiras, com todo o sistema, eles aceitaram, minha proposta. Queria ter essa experiência. Então eu fui mandado pra Manaus, passei seis anos em voto de castidade e obediência a Deus, viajei pelo Brasil todo, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais..." (João Paulo; Tukano; 38 anos; Universitário)

O Tukano João Paulo Barreto 38 anos, universitário da UEA , e da UFAM , conta que viveu na sua comunidade de São Domingos Sábio, ate os doze anos, veio da comunidade em que terminou o ensino médio, no ano de 1987, através de uma bolsa de estudo concedidas por uma mineradora, como investimento para que ele voltasse qualificado, porem a empresa faliu, e ele voltou para a comunidade, mais não se contentou ficar lá, entrou para o seminário, porem se decepcionou e saiu, a partir daí ficou por conta própria, resolveu estudar e trabalhar em Manaus, e hoje afirma a necessidade de apoio aos que vem em busca de estudo.

"[...]Noventa por cento dos tukanos vieram das comunidades, na maioria estudantes, e são eles que mais precisam de apoio moral e financeiro. Eu sou um batalhador, os jovens precisam de

oportunidades para não desistirem, esse é o nosso desafio hoje.”(João, Tukano 38 anos)

Encarando a vida urbana como um desafio, e uma oportunidade de melhorar a competência na língua portuguesa, o desempenho nas organizações políticas indígenas, completar os estudos, aprender e partilhar outros códigos de relações dentro de um universo urbano, os indígenas para cidade também com o apoio dos pais e parentes.

“[...]Foi por causa de estudo, que meu pai mandou, porque lá era muito fraco, meu pai tem mestrado, daí ele queria que agente continuasse estudando, meu pai e minha mãe são mestres” (Grete, Tukano 23 anos)

Grete veio pra Manaus incentivada e custeada pelos pais, o pai tem mestrado em língua portuguesa, e a mãe em geografia, ambas as especializações feitas em São Paulo. Ela estudou o ensino médio todo numa escola particular de Manaus, e passou na primeira tentativa na Universidade Federal do Amazonas. Morava até então numa casa, partilhada por mais 10 estudantes de São Gabriel, que vieram para Manaus também com o intuito de cursar uma faculdade. Muitos jovens indígenas estão migrando para estudarem e se prepararem para enfrentar a sociedade nacional. Apesar de algumas conquistas em nível local para aliviar as condições difíceis, a realidade apresenta-se de forma contrária, trata-se de um mecanismo civilizador, constituindo uma prioridade ideológica (BERNAL,2009). Ir para a escola tem sido apresentado por anos na sociedade em geral, como a porta para realizar integrações futuras, quando essa realidade no Brasil se contrapõe. Contudo a

inserção desses tukano nas universidades, tem sido um suporte fundamental, para desenvolver um dialogo a nível de um alteridade com as agencias.

CONCLUSÃO

A vasta área territorial de Manaus, o fenômeno da transitoriedade indígena, numa das maiores cidades da Amazônia, reúne elementos únicos, para serem investigado.

O complexo leque de relações sociais e situações históricas entre índio e não- índio, produzindo diferentes tipos de alteridade. É fruto de uma mudança histórica. Analisar esses processos, trajetórias e estratégias envolvidas num dialogo intercultural, é o inicio de uma mobilização acadêmica, para propiciar o debate de questões que tem ganhado dimensões mundiais.

Levando em conta todas as informações levantadas, caracterizando as diferentes agencias, indígenas, Indigenista do Estado não indigenista. de acordo com a natureza, concluimos que as relações estabelecidas são múltiplas e variadas, com complexidades dignas de estudos mais aprofundados, com recortes mais específicos, pois na presente pesquisa, constatamos a abrangência da temática a dispersão do tema, devido ao grande numero de informação das diversas agencias, e em numero ainda maior o de parcerias e associações, dificultando uma analise consistente dessas relações.

O movimento indígena tem avançado na luta pela formação acadêmica, o que é extremamente importante para transformar a visão ainda etnocêntrica da sociedade. Os indígenas hoje podem ser otimistas, mesmo capturados em forma de regimes, em contrapartida as agencias também são permeadas pela troca no contato com as alteridades.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BAKHTIN, Michael.. "Forms of time and the chronotope in the novel". In: The dialogic imagination: four essays by M.M.Bakhtin. Translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press. pp. 84-2581981.

BASINI, José Sobre metodologia participativa do projeto. Em : BASINI, J; MORINICO, C; SOARES, D; WOLF, D. Relatório técnico anual (2005 –2006).

_____ “Intervenção Intracultural indígena e acompanhamento antropológico para prevenção e redução dos danos causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas entre os mbyá guarani de RS. Segunda etapa.” Projeto VIGISUS- FUNASA, IECAM , UNESCO, 2006.

_____ “A prax salesiana Geo-religiosidade e outras narrativas na fronteira amazônica”. Em: Fórum de pesquisa: Missões cristãs em áreas indígenas: abordagens antropológicas. Coord. Paula Monteiro. V RAM, UFSC, Florianópolis-SC, 2004.

BOTT, Elizabeth Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRUCE, Albert "Introdução. Cosmologias do contato no Norte Amazônico". Em: Pacificando ao branco, 2002.

CLIFFORD, James As fronteiras da antropologia. Entrevista com James Clifford Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropologia, 1994.

COVEZZI, Marienete Conceito de agência. Rio de Janeiro editora civilização brasileira, 1998.

CRAPANZANO, Vicent “Dialogo”, In: Anuário Antropológico 188. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília.

DELEUZE, Gilles Un nuevo cartógrafo. Em:Foucault PAIDÓS, Barcelona 1987.

FOUCAULT, Michel Sobre a arqueologia da ciências. Resposta ao circuito epistemológico. Em estruturalismo e teoria da linguagem p. 19-55, VOZES, Petrópolis, 1971.

GEERTZ, Cliford “ Os usos da diversidade”. In: Revista Horizontes Antropológicos. PPGAS/POÁ. (Org) Claudia Fonseca. Maio Porto Alegre: Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. "A ideologia como sistema cultural". Em A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENTIL, Gabriel. Povo Tukano – cultura, historia e valores. Série Autores Indígenas, EDUA, Manaus, 2005.

GERSEM, Luciano. Projeto é como Branco Trabalha – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. Dissertação de mestrado em antropologia social – Universidade de Brasília, abril de 2006.

GIANNECCHINI, Laura Longe das aldeias, índios preservam tradições e orgulho. Portal Setor 3. São Paulo. In: www.setor3.com.br 2005.

GRUZINSKI, Serge La guerre des images. De Christophe Colomb à “Blade Runner” (1492 -2019). FAYARD, Paris 1990.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Povos indígenas do Brasil São Paulo. In: www.socioambiental.org 2005

LEVI-STRAUSS La indentidad. Seminário interdisciplinar. Barcelona: Gedisa, 1980

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza & Barroso-Hoff mann, Maria (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

_____. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil". In: Oliveira, J. P. (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil . 1a ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: UFRJ /Marco Zero, v., p. 149-214,1987.

MARCEDO, Guilherme Martins. Esboço do projeto artesanato e formas de produção de identidade: Uma comunidade urbana do Amazonas, 2004.

MILLS, Wright. Sobre o artesanado intelectual e outros ensaios. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahae Editora. 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA “Povos indígenas. Institucional.” Brasília In:<http://www.mj.gov.br> 2009.

OLIVEIRA, Filho Pacheco Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PEIRANO, Mariza. A alteridade em Contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. Universidade de Brasília, DF, 1999.

PEREIRA DA SILVA, Raimundo.N De aldeados a urbanizados. Aspectos da identidade étnica indígena na cidade de Manaus. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da criatividade. UNICAMP – NUDECRI, Campinas. 1999.

RAMIRES, Henri. Ye'pá-mâhsa Yee Niisehétisehe: A vida dos ye'pá-mâhsa/ Henri Ramires e Alfredo Miguel Fontes. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas,2001.

Raízes e Rumos: Perspectiva interdisciplinar em estudos americanos /Sonia Torres(organizadora) Rio de Janeiro, 7 letras 2001.

SAHLINS, Mrshall “Otros tiempos, otras costumbres: La antropología de la hisstoria” In: Islas de historia. La muerte Del capitán Cook. Metáfora Antropologia e historia. P. 47 – 49. Barcelona: Gedisa, 1998.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO INDÍGENA - SEII, Coordenação geral de documentação - CGDOC, Diretoria de administração - DAD, Fundação nacional do índio - FUNAI Informações sobre os índios e sobre a questão indígena no Brasil. Editora FUNAI. Brasília – DF, 2006.

SEVERI, Carlos Cosmologia crise e paradoxo: Da imagem de homens e mulheres brancos na tradição xamânica kura. In Rey.Nara. Vol 6 n's 1 Abril 2000 P.R 1-155 Rio de Janeiro Contracapa, 2000.

SOUSA, Noronha; Lima, Antonio; Almeida, Fábio; Wentzel Povos indígenas:projeto e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 249-262,1998.

TAUSSIG,Michael Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TODOROV, TZVETAN “conquista”, In. A conquista da América – a questão do outro. Livraria Martins fontes. Editora Ltda. São Paulo – SP 1999.

VELHO, Gilberto. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

WEBER Max, A ética econômica das religiões mundiais In “A psicologia social das religiões Mundiais”, França 1913.

